

Política

Territórios de baixa densidade Valorização deve ser feita com as áreas tradicionais

Defendeu Ministro Adjunto Poiares Maduro

O Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro defendeu no Algarve que a valorização económica dos territórios de baixa densidade deve ser feita com recurso a áreas tradicionais. A transformação de plantas aromáticas, o sal líquido e a indústria naval são exemplos de inovação, entre outros que teve oportunidade de visitar.

«Para recuperar das assimetrias regionais, promover o desenvolvimento económico e social, e reter

Telma Veríssimo



O Ministro Poiares Maduro e comitiva

que tivemos um aumento muito grande, por exemplo, das infraestruturas e dos equipamentos públicos. No próximo ciclo de fundos comunitários a aposta vai ser sobretudo na competitividade e internacionalização da nossa economia», afirmou o governante.

O roteiro arrancou em Alcoutim com visitas a um projeto de energia solar e a uma promissora spin off na Zona Industrial ambos beneficiários do QREN. Depois prosseguiu por Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, São Brás de Alportel, Faro e Loulé. O ministro presidiu ainda à cerimónia de assinatura dos primeiros nove protocolos para a instalação do Espaço do Cidadão no Algarve, em Monchique e depois visitou projetos em Vila do Bispo e Aljezur.

Poiares Maduro sublinhou que «o objetivo da deslocação foi sinalizar algumas opções estratégicas do Governo para a valorização e promoção do desenvolvimento económico e social nos territórios de baixa densidade».

«Partindo sempre de recursos humanos que já existem, de recursos naturais, de atividades tradicionais, acrescentando valor, com conhecimento, com inovação e capacidade nova de comercializar e vender estes produtos - é para estas áreas que vamos apoiar e dirigir fortemente os próximos fundos europeus», acrescentou Miguel Poiares Maduro.

O Ministro referiu que «o próximo quadro comunitário Portugal 2020 vai ser de extrema importância para alcançar estes objetivos». E explicou: «O Governo pretende utilizar estes fundos para a transformação competitiva da economia». «Vamos contractualizar resultados e os financiamentos vão estar dependentes destes. Por outro lado, os apoios vão ser reembolsáveis, embora a taxas de juro muito baixas, enquanto os apoios na área da formação profissional serão dependentes da taxa de empregabilidade, pagando-se de acordo com o emprego que as pessoas formadas possam obter».



Poiares Maduro

e atrair pessoas para os territórios de baixa densidade, deve haver uma valorização económica a partir dos recursos que existem nestes territórios», afirmou o ministro.

E acrescentou: «Temos, ao longo de décadas, assistido a uma crescente assimetria de desenvolvimento no nosso território, perda de desenvolvimento económico e social, sobretudo, em territórios de baixa densidade». «Isto aconteceu mesmo num contexto em

PCP visitou Centro de Saúde de Olhão Detectados muitos problemas

Uma delegação do PCP visitou, no passado dia 23, o Centro de Saúde de Olhão e a Extensão de Saúde de Pechão, tendo reunido com a coordenação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (USCP) de Olhão.

Na USCP de Olhão, que engloba as extensões de saúde de Pechão, Moncarapacho e Fuseta, não há médicos de família suficientes; são atualmente 10

médicos, quando deveriam ser, no mínimo, 13. Esta falta de clínicos traduz-se em cerca de 4.000 utentes sem médico de família, dos quais 1.500 em Moncarapacho. Faltam ainda na USCP de Olhão pelo menos 2 enfermeiros e um assistente operacional.

As instalações da USCP de Olhão são demasiado exíguas para as necessidades. O edifício, desde a sua inauguração, tem um pro-

blema de infiltrações, o qual, apesar das sucessivas intervenções, permanece por resolver. No mesmo edifício há uma ala desocupada. Esteve, no passado, integrada no Centro de Saúde, sendo destinada a internamento. Em 2009, foi adaptada para prestar cuidados continuados de média duração, sendo a sua gestão entregue à ACASO - Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão.

No Centro de Saúde de Albufeira PS alertou a Câmara pela falta de médicos

No início deste ano o PS Albufeira alertou a Câmara Municipal, nomeadamente o senhor Presidente, para o problema da falta de médicos, de enfermeiros e pessoal auxiliar no Centro de Saúde de Albufeira. O PS Albufeira solicitou na altura que fossem tomadas medidas que tivessem em conta o maior fluxo de pessoas durante o período de Verão, uma vez que a falta daqueles profissionais colocaria inclusive em causa a atividade económica, pois que sem saúde não há turistas. E o que foi feito neste sentido? Absolutamente nada! Deixaram o serviço de saúde chegar ao caos, sem que tivessem sido tomadas quaisquer medidas

preventivas.

O PS Albufeira apela mais uma vez ao senhor Presidente para que faça pressão junto do Governo e das autoridades de saúde pública a fim de ser finalmente resolvida a questão da falta de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar no Centro de Saúde de Albufeira.

Ao invés de se preocupar em dar respostas aos comunicados do PS, a principal preocupação do senhor Presidente deveria ser a de exercer o seu cargo da melhor forma, participando na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos, intervindo na definição das linhas de atuação e contribuir para a

sua efetivação dentro das suas atribuições e responsabilidades. Outros Presidentes de Câmara com idênticos problemas no Algarve tomaram partido na defesa dos interesses dos munícipes, com ações públicas para mostrar aos responsáveis da saúde da região a urgência da resolução deste problema.

O Presidente da Câmara Municipal de Albufeira tem a obrigação de assumir uma posição pública na defesa dos interesses da saúde no município.

Albufeira, 03 Julho 2014

A Comissão Política
Concelhia

Autarcas de Loulé em conferência Manifestam indignação e receiam encerramento

Os autarcas de Loulé e S. Brás de Alportel voltaram ao Serviço de Urgências Básicas de Loulé para promover uma Conferência de Imprensa onde manifestaram, mais uma vez, o seu descontentamento face à degradação deste serviço.

Acompanhados pelo representante da Secção do Sul da Ordem dos Médicos, Ulisses Brito, e do Sindicato dos Enfermeiros, Guadalupe Simões, Vítor Aleixo e Vítor Guerreiro deixaram claro que não vão baixar os braços até que a situação fique totalmente resolvida e que haja a certeza de que o serviço não encerrará.

«Temos todas as razões para dizer que os responsáveis do Ministério não nos merecem confiança e que não acreditamos neles. Na quarta-feira o responsável da ARS garantiu-nos que este cenário não iria repetir-se. Mas constatamos que, novamente, as urgências estão a trabalhar com apenas um médico, o que vai contra a legislação que prevê a permanência, no mínimo, de dois médicos», sublinhou o edil louletano.

Vítor Aleixo garantiu ainda que o papel dos responsáveis municipais é «denunciar e alertar as po-



Vítor Aleixo mostrou-se indignado

pulações para esta situação e convidá-las para que sejam mais ativas e mais vigilantes porque têm direitos que elas próprias devem defender».

Por seu turno, o presidente da Câmara de S. Brás, Vítor Guerreiro, falou da «elevada carga horária e da falta de disponibilidade mental dos profissionais de saúde para desempenhar as funções e a motivação que é cada vez menor, já que as condições são péssimas».

Guadalupe Simões, do Sindicato dos Enfermeiros, fala da existência de «uma agenda oculta do Ministério da Saúde para permitir a degradação dos serviços de saúde de forma a vir encerrar quer o SUB Loulé,

quer o SUB Lagos».

Com o aumento substancial da população do Concelho de Loulé nos meses que se avizinham, Ulisses Brito da Ordem dos Médicos alertou para o agudizar da situação no verão. «Se não fizeram as contratações necessárias para suprir este serviço de urgência, agora em cima da hora vai ser muito difícil», sublinhou este representante da classe médica.

Recorde-se que a falta de médicos nas urgências de Loulé é uma situação que se arrasta desde o início de maio, altura em que a Autarquia de Loulé denunciou publicamente a situação.